

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**EDITAL 10/2015 – FCA**  
**CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1**

O Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 1 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Administração, nas disciplinas PG 201 – Sistemas de Proteção Social e PG 301 – Evolução do Estado e Instituições Públicas no Brasil, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

### **1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO**

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Graduação e/ou Doutorado em Ciência Política, Administração Pública, Economia ou áreas afins; experiência docente em nível de graduação e/ou pós-graduação com pesquisa nas áreas de Administração Pública e/ou Políticas Públicas.

1.2.2. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

### **2. DO REGIME DE TRABALHO**

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público, o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI) para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-002/2001, cujo texto integral está disponível no sítio [www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?consolidada=S&id\\_norma=2684](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684).

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-008/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.675,01;
- b) RTC – R\$ 4.251,87;
- c) RDIDP – R\$ 9.663,20.

### **3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1. As inscrições deverão ser feitas de forma presencial pelo candidato ou por seu procurador (procuração simples) nos dias úteis compreendidos dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, situada à Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Santa Luiza, em Limeira, São Paulo.

3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.

3.2. No momento da inscrição, deverá ser apresentado requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de Doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da Defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) 7 (sete) exemplares de Memorial, com o relato das atividades realizadas, trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

- c.1. títulos universitários;
- c.2. *curriculum vitae et studiorum*;
- c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;
- c.4. títulos honoríficos;
- c.5. bolsas de estudo em nível pós-graduado;

- c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.
- d) 1 (um) exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no Memorial;
- e) 7 (sete) exemplares de Plano de Trabalho, devendo ser elaborado em papel tamanho A4 com, no mínimo, 5 (cinco) páginas e, no máximo, 10 (dez) páginas, em espaço simples, fonte "Times New Roman" tamanho 12, o qual deverá conter descrição das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão na Unidade, contendo ainda proposta preliminar de pesquisa a ser executada no período de 3 (três) anos, contemplando os elementos essenciais de projetos de pesquisa acadêmica, para julgamento pelos pares.
- 3.2.1. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.
- 3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.
- 3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Área de Recursos Humanos da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à Comissão Interna designada pela Diretoria da Faculdade de Ciências Aplicadas para emissão de parecer circunstanciado no prazo de 15 (quinze) dias.
- 3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.
- 3.3.2. A Unidade divulgará no sítio [www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html](http://www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html) a Deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.
- 3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio [www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html](http://www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.
- 3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.
- 3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

#### **4. DA COMISSÃO JULGADORA**

- 4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.
- 4.1.1. Pelo menos 2 (dois) membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.
- 4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.
- 4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

#### **5. DAS PROVAS**

- 5.1. O concurso constará das seguintes provas
- a) Prova Escrita (peso 0,6);
- b) Prova Específica (peso 0,4);
- c) Prova de Títulos (peso 2);
- d) Prova Didática (peso 2);
- e) Prova de Arguição (peso 1).
- 5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.
- 5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.
- 5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
- 5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.
- 5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.
- 5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

#### **Prova Escrita**

- 5.5. A Prova Escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativo ao conteúdo do programa da disciplina ou conjunto das disciplinas em concurso.
- 5.5.1. No início da Prova Escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros,

periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa ou em arquivos eletrônicos, sendo que toda mídia eletrônica deverá ser utilizada em computador a ser disponibilizado pela Unidade e que não esteja conectado à rede de informática ou à internet.

5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1, não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a Prova Escrita terá início, com duração de 4 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da Prova Escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na(s) folha(s) de resposta(s).

5.5.4. A Comissão Julgadora aplicará a Prova Escrita a todos os candidatos simultaneamente.

5.5.5. Finalizada a aplicação, a Comissão Julgadora procederá à correção da Prova Escrita dos candidatos, documentando os elementos utilizados para correção e pontuação.

5.5.6. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à Prova Escrita.

### **Prova Específica**

5.6. A Prova Específica será constituída de análise do Plano de Trabalho apresentado pelos candidatos nos termos do subitem 3.2.º e", na qual a Comissão Julgadora avaliará o domínio do conhecimento e aptidão do candidato na área do concurso, com base nos seguintes aspectos:

- a) pertinência e adequação do conteúdo a ser abordado no ensino de graduação e pós-graduação;
- b) pertinência e relevância do projeto de pesquisa e sua exequibilidade;
- c) pertinência e relevância das atividades de extensão e sua aderência às demais atividades acadêmicas da FCA;
- d) originalidade e exequibilidade das propostas de pesquisa apresentadas, considerando sua aderência às áreas de pesquisa da Faculdade e/ou oportunidade e viabilidade de abertura de novas áreas.

5.6.1. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à Prova Específica.

### **Prova de Títulos**

5.7. Na Prova de Títulos, a Comissão Julgadora apreciará o Memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição, considerando ainda:

- a) sua aderência ao perfil desejado dos candidatos indicados no Edital;
  - b) as características de produção científica da área do conhecimento, objeto do concurso.
- 5.7.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da Prova de Títulos.
- 5.7.2. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à Prova de Títulos.

### **Prova Didática**

5.8. A Prova Didática versará sobre apresentação de tema pertencente ao programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura abrangente do assunto abordado, considerando-se, especialmente, domínio do tema e sua articulação com outros temas, fluência, organização, capacidade didática e outros aspectos que a Comissão Julgadora houver por bem considerar.

5.8.1. A matéria para a Prova Didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.8.2. A Prova Didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

### **Prova de Arguição**

5.9. Na Prova de Arguição, o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o Memorial apresentado na inscrição, devendo apresentar conhecimento atualizado e abrangente nos temas do concurso, domínio sobre a temática e os objetivos apresentados no seu Plano de Trabalho, e capacidade de interlocução com os membros da Comissão Julgadora no que lhe for demandado.

5.9.1. Na Prova de Arguição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder à(s) questão(ões) formulada(s).

5.9.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 1 (uma) hora para cada arguição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As Provas Específica e de Títulos serão realizadas internamente à Comissão Julgadora em sessão reservada.

5.11. As Provas Didática e de Arguição serão realizadas em sessão pública, sendo vedado aos candidatos assistir às provas dos demais participantes do concurso.

5.12. Serão realizadas as Provas Didáticas de todos os candidatos antes de serem iniciadas as Provas de Arguição.

5.13. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as Provas Didática e de Arguição.

## **6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS**

6.1. As Provas Escrita, Específica, de Títulos, Didática e de Arguição terão caráter classificatório.

6.1.1. A Prova Escrita também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 10 (dez) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da Prova Escrita ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da Prova Escrita, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.5 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da Prova Escrita será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na Prova Escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete) de, no mínimo, 3 (três) dos 5 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na Prova Escrita;

e) as notas atribuídas na Prova Escrita por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.1.2. A Prova Específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 10 (dez) candidatos.

6.1.2.1. Na hipótese da Prova Específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da Prova Específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.6 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da Prova Específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na Prova Específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete) de, no mínimo, 3 (três) dos 5 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na Prova Específica;

e) as notas atribuídas na Prova Específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas das Provas de Títulos, Didática e de Arguição serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelopes lacrados e rubricados, após a realização de cada prova, e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso as Provas Escrita e Específica não tenham caráter eliminatório, as notas atribuídas nestas provas deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a 5 (cinco), e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a 5 (cinco).

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso, justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete).

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na Prova Didática e a maior média obtida na Prova de Títulos. Persistindo o empate, a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente da

Comissão Julgadora terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD) e encaminhado à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

## **7. DA ELIMINAÇÃO**

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da Prova Didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto às Provas Específica e de Títulos.

## **8. DO RECURSO**

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio da Secretaria Geral da UNICAMP ([www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br)).

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio [www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html](http://www.fca.unicamp.br/portal/component/content/article/41-inf/296-concurso-docente.html), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Unidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso, poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 3 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação dos resultados do concurso, o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2, "c") e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documento nele mencionado (item 3.2, "d"), entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas. Após este prazo, se não retirados, os memoriais e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documentos neles mencionados serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-030/2013.

9.8.1. Cópia(s) da Deliberação mencionada poderá(ão) ser obtida(s) no sítio [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br) ou junto à Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

## **ANEXO I – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS**

### **PG201 – Sistemas de Proteção Social**

#### **EMENTA**

O contexto europeu no início do século XX: a hegemonia do liberalismo. A crise do liberalismo. O debate europeu do pós-guerra. Expansão dos direitos sociais no século XX. Keynesianismo. A trajetória da social-democracia europeia. A proposta neoliberal. Os sistemas de proteção social da Europa e América Latina. Os modelos de Estado de Bem-Estar Social. A crise dos Estados de Bem-Estar. Crise econômica, neoliberalismo e crise dos Estados Nacionais.

#### **OBJETIVOS**

Contextualizar a origem dos modernos sistemas de proteção social; Compreender as mudanças nas relações Estado, mercado e sociedade; Apresentar as formas históricas de intervenção do Estado na área social; Conhecer as características dos sistemas de proteção social consolidados na Europa e na América Latina.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- . Contexto histórico de origem dos modernos sistemas de proteção social;
- . Liberalismo e keynesianismo;
- . Relações entre política econômica e política social;
- . Modalidades de intervenção do Estado na área social;
- . Definições e tipologias dos sistemas de proteção social;
- . Estado de Bem-Estar Social: origem, consolidação e crise;
- . Neoliberalismo;
- . Origem e trajetória da proteção social na América Latina;
- . A proteção social em países selecionados da Europa e América Latina;
- . Desafios e novas configurações para a proteção social.

### **PG301 – Evolução do Estado e Instituições Públicas no Brasil**

#### **EMENTA**

Relações Estado e sociedade no Brasil: natureza, alcance e limites da intervenção estatal. Regime político e instituições políticas no Brasil: formas de organização e intermediação de interesses. A perspectiva histórica da administração pública no Brasil. Estado Federativo, Instituições e burocracia. Sistema Eleitoral e Partidário no Brasil contemporâneo. Governo, administração e políticas públicas no Brasil. Administração direta e indireta. Tipos de gestão. Processos de reforma recente do Estado brasileiro. Novas relações estado-sociedade: concessões, parceria público-privado, organizações sociais.

#### **OBJETIVOS**

Fornecer elementos para a reflexão e análise das transformações históricas do Estado brasileiro e suas instituições públicas, a partir da década de 30, passando pela ruptura político-institucional ocorrida na década de 1960, até a reforma do aparelho estatal no período recente; Apresentar e discutir as relações entre Estado e sociedade no período recente; Conhecer a perspectiva histórica da administração pública no Brasil: regimes políticos, o sistema eleitoral e partidário e as instituições públicas no Brasil; Conhecer a perspectiva histórica da administração pública no Brasil: Administração direta e indireta; Tipos de gestão; Processos de reforma recente do Estado brasileiro; Novas relações estado-sociedade: concessões, parceria público-privado, organizações sociais, etc.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- . Relações Estado e sociedade no Brasil: natureza, alcance e limites da intervenção estatal;
- . Regime político e instituições políticas no Brasil: formas de organização e intermediação de interesses;
- . A perspectiva histórica da administração pública no Brasil:
  - Antecedentes;
  - . República Nova e Estado novo:
    - O Estado como instrumento de renovação;
    - A construção do aparelho estatal;
    - Estado e massas;
  - . Estado e Desenvolvimento:
    - Intervenção estatal e desenvolvimento econômico;
    - As novas agências;
    - Crise e transição;
  - . Estado e Planejamento:
    - Dutra e o plano salte;
    - Segundo Vargas;
    - Juscelino e o programa de metas;
    - Jânio – crise e renúncia;
    - Goulart e o plano trienal;
  - . O regime autoritário;
  - . O processo de abertura política e a nova ordem constitucional:
    - Estado Federativo, Instituições e burocracia;
    - Sistema Eleitoral e Partidário no Brasil contemporâneo;

- Governo, administração e políticas públicas no Brasil Contemporâneo;
- . Administração direta e indireta:
- Tipos de gestão;
- Processos de reforma recente do Estado brasileiro;
- Novas relações estado-sociedade: concessões, parceria público-privado, organizações sociais, etc.

## **ANEXO II – BIBLIOGRAFIA**

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARRETCHE, Marta. *Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 39, p. 3-40, 1995.
- BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (orgs.) *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O PTB e o Trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense. 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.
- BORÓN, Atílio Alberto. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Da administração pública burocrática à gerencial*. Revista do Serviço Público, ano 47, n. 1, jan-abr. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil*. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 1, jan-mar. 1998, p.5-39.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CECHINNI, Simone; MARTINEZ, Rodrigo. *Protección social inclusiva en America Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos*. Santiago: Cepal, 2011.
- COSTA, Nilson do Rosario. *Política social e ajuste macroeconômico*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 18, Suplemento, 2002, p. 13-21.
- DRAIBE, Sonia Miriam. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *América Latina na encruzilhada: estaria emergindo um novo Estado desenvolvimentista de bem-estar? Observações sobre a proteção social e a integração regional*. Caderno NEPP, n. 78. Campinas: NEPP, 2006.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.
- FERRERA, Maurizio. *A reconstrução do Estado social na Europa meridional*. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2º.-3º.), p. 457-475.
- FIORI, José Luís. *Estado de bem-estar social: padrões e crises*. *Physis*, vol. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1947.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1936.
- IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado de Bem-Estar Social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo:

Vértice/IDESP, 1988.

KLIKSBERG, Bernardo. Como transformar o estado, para além de mitos e dogmas. ENAP: DF, 1992.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. (orgs.). Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. História Geral da Civilização Brasileira, tomo 3, vol. 2, 1977.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma Administrativa, 1995.

MOTTA, Paulo Roberto. Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca de relevância. Revista de Administração Pública, vol. 6, n. 3, jul-set. 1972.

\_\_\_\_\_. Doutrinas de inovação em administração pública: a questão dos valores. Coletânea de artigos do International Journal of Social Science, v. 21, n. 1, 1969.

NABUCO, Joaquim. Estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época (1813-1866). São Paulo: Editora Nacional, 1936.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As desventuras do liberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

\_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. (orgs.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

ROSANVALLON, Pierre. A crise do Estado-Providência. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997.

\_\_\_\_\_. A nova questão social: repensando o Estado-Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SOUZA, Nelson Mello e. Reforma Administrativa no Brasil: um debate interminável. Revista de Administração Pública, 28(1): 54-70, jan/mar. 1994.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. O grande salto para o caos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon; IBÁÑEZ, Nelson (orgs.). Proteção social: dilemas e desafios. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

Campinas, 24 de abril de 2015.